



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,89% São Paulo	136.527	R\$ 5,401 (+ 0,27%)	R\$ 1.518	R\$ 6,320	14,90%	14,91%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26
1,04% Nova York	136.687	7/agosto 5,422 8/agosto 5,436 11/agosto 5,442 12/agosto 5,387					

## PLANO BRASIL SOBERANO

# Pacote agrada setor, mas é preciso mais

Exportadores aprovam conjunto de medidas anunciadas pelo governo. Entretanto, consideram essencial abrir novos mercados

» FERNANDA STRICKLAND  
» RAPHAEL PATI  
» VICTOR CORREIA  
» ROSANA HESSEL

Enfim, nasceu. Após semanas de expectativa, o aguardado pacote de medidas do governo federal para socorrer os exportadores brasileiros afetados pelo tarifaço de Donald Trump promete dar um alento à guerra comercial contra os Estados Unidos. De forma geral, o empresariado aprovou o conjunto de ações, que incluem uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões e são voltadas principalmente para os pequenos empreendedores. Especialistas afirmam, no entanto, que a ajuda é um paliativo. Será preciso fazer mais para compensar as medidas protecionistas norte-americanas. É ficar atento às consequências fiscais do chamado Plano Brasil Soberano, detalhado na Medida Provisória 1309/2025.

A principal medida é o uso de R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) para a criação de novas linhas de crédito do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Exportadores afetados pelo tarifaço poderão acessar empréstimos com juros menores do que o praticado pelo mercado, mas deverão se comprometer com a manutenção de empregos.

Além disso, o FGE passará por uma reforma estrutural para abranger todos os setores da exportação, e outros fundos receberão aportes. Serão R\$ 1,5 bilhão para o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE), R\$ 2 bilhões para o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, e R\$ 1 bilhão para o Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil. Os valores serão usados como seguro para os empréstimos a pequenos e médios exportadores, que possuem maior risco de inadimplência.

"Nós vamos atender prioritariamente quem foi atingido, mas o FGCE passa a operar em todo o setor exportador do Brasil, porque nós não podemos contar com que todo mundo consiga resolver o seu problema. E nós precisamos continuar gerando divisas, fortalecendo contas externas, mantendo reservas cambiais", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante o anúncio.

A pasta de Haddad ainda vai definir quais serão as condições financeiras para os empréstimos, bem como os critérios de elegibilidade e as exigências de manutenção do emprego.

Além de abrir uma linha de financiamento, o Executivo decidiu aliviar o caixa das empresas com medidas tributárias. Uma delas é a prorrogação, por um ano, do regime de drawback, que isenta de impostos a importação de matéria-prima para produtos que, posteriormente, são exportados. Ainda na área tributária, a Receita Federal está autorizada a adiar em até dois meses a cobrança de impostos federais para as empresas mais prejudicadas.

Em decisão tomada na terça-feira, horas antes do anúncio, o governo também optou por ampliar o programa Reintegra, que devolve aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva em forma de crédito tributário. Com a mudança,

grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de retorno, e as micro e pequenas, com até 6%. A medida vale apenas até dezembro de 2026.

Segundo Haddad, a reforma tributária — aprovada em 2023 e regulamentada no ano passado — também vai beneficiar os exportadores, e tornará parte dos anúncios obsoletos. "Muitas das medidas que estão sendo tomadas aqui vão ter fôlego até 2027, porque a reforma tributária, ao entrar em vigor, já vai destravar muitas exportações", disse.

### Repercussão

O aguardado pacote de medidas de socorro foi bem recebido por entidades do setor produtivo, apesar da demora. O plano de ajuda era esperado para o fim de julho, antes do início da taxaço de 50% sobre produtos brasileiros, na semana passada.

Especialistas, contudo, acreditam que o governo brasileiro busca ganhar tempo enquanto tenta abrir um canal de negociação com os Estados Unidos. "O pacote precisa ser muito focado e temporário, de fato, para não entrar naquela ideia de que vai ser permanente, e, assim, virar mais um gasto tributário. Depois, vai ser difícil de tirar, especialmente porque o governo Trump está no primeiro dos quatro anos de mandato", alertou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, o risco de a crise tarifária permanecer por muito tempo "é muito grande". O melhor caminho, segundo ele, é abrir novos mercados.

"O essencial seria o governo ajudar bastante nessa abertura de novos mercados; fechar o acordo de livre comércio com a União Europeia; e continuar a negociação com os norte-americanos. Essa é a porta mais difícil. Mas, de certa forma, já conseguimos isenção para quase 700 produtos nesse primeiro processo", afirmou Vale.

Em certo sentido, o pacote atende a essas reivindicações. Além da linha de crédito de R\$ 30 bilhões, o governo anunciou mais duas frentes: a contrapartida de manutenção de emprego e instauração da Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego; e a abertura de novos mercados, a continuidade das negociações com o governo norte-americano e atuação na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O impacto fiscal do pacote ainda é incerto. Mas, até 2026, poderá chegar a pelo menos R\$ 9,5 bilhões, considerando os aportes de R\$ 4,5 bilhões em três fundos garantidores e a renúncia de R\$ 5 bilhões com a antecipação dos efeitos da Reforma Tributária. "Será necessário acompanhar se o impacto primário de cerca de R\$ 10 bilhões estará sujeito às limitações do arcabouço fiscal", observou o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto.

Especialista em contas públicas, Salto destacou que o ideal seria não excluir tais valores do cômputo da meta, "mas, sim, utilizar a banda de tolerância de 0,25% do PIB para absorver tais choques". "Cabe notar que, em nosso entendimento, não se pode excluir um gasto da meta fiscal por meio de medida provisória", ressaltou.

O ex-secretário de Comércio



### Reação brasileira

Confira os principais pontos da medida provisória para socorrer os exportadores afetados pelas medidas protecionistas do governo norte-americano.

#### Linhas de crédito

- R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE). Empresas mais dependentes das exportações para os EUA serão priorizadas.
- Para acessar o crédito, as empresas devem se comprometer a manter o número de empregos.

#### Prorrogação de prazos do regime de drawback

- O governo vai prorrogar por um ano o prazo para que as empresas consigam exportar suas mercadorias que tiveram insumos beneficiados pelo regime, que isenta de impostos a compra de matéria-prima usada para exportação.
- Vale para as empresas que contrataram exportações para os Estados Unidos que seriam realizadas até o final deste ano.

#### Diferimento de tributos federais

- A Receita Federal fica autorizada a adiar a cobrança do pagamento de impostos federais por dois meses para as empresas mais afetadas.

#### Compras públicas de alimentos

- União, Estados e Municípios poderão fazer compras para seus programas de alimentação (para merenda escolar, hospitais, etc.) por meio de procedimento simplificado e média de preço de mercado.
- Vale apenas para produtos afetados pelo tarifaço.

#### Modernização do sistema de exportação

- Ampliação das regras da garantia à exportação
- As mudanças visam fortalecer empresas exportadoras de média e alta intensidade tecnológica e investimentos produtivos em economia verde.

- O Plano Brasil Soberano permitirá que bancos e seguradoras utilizem essa garantia em mais tipos de operações.
- Prevê mecanismos de compartilhamento de risco entre governo e setor privado, utilizando o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE) como mecanismo de primeiras perdas, aumentando o acesso a crédito e reduzindo custos.

#### Fundos garantidores

- Aporte de R\$ 1,5 bilhão para o Fundo Garantidor do Comércio Exterior (FGCE).
- R\$ 2 bilhões para o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES.
- R\$ 1 bilhão para o Fundo de Garantia de Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

#### Novo Reintegra para empresas afetadas

- O Reintegra para as Empresas Exportadoras devolve aos exportadores brasileiros parte dos tributos pagos ao longo da cadeia produtiva, na forma de crédito tributário.
- Atualmente, empresas de grande e médio portes de produtos industrializados têm alíquota de 0,1%; enquanto micro e pequenas, por meio do programa Acredita Exportação, recebem de volta 3% de alíquota.
- A medida aumenta em até três pontos percentuais o benefício para empresas cujas exportações de produtos industrializados foram prejudicadas. Grandes e médias empresas passam a contar com até 3,1% de alíquota, e as micro e pequenas, com até 6%.
- As novas condições valerão até dezembro de 2026 e terão impacto de até R\$ 5 bilhões.



**O essencial seria o governo ajudar bastante nessa abertura de novos mercados; fechar o acordo de livre comércio com a União Europeia; e continuar a negociação com os norte-americanos. Essa é a porta mais difícil."**

**Sergio Vale**, economista-chefe da MB Associados

Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) Welber Barral, sócio da BMJ Consultores Associados, reconheceu a importância do pacote, mas avalia que as medidas não devem resolver todos os problemas dos exportadores, como o adiamento no pagamento de tributos por apenas dois meses. "A prorrogação de dois meses para pagamento de imposto é um prazo muito pequeno. E ainda é preciso olharmos atentamente as condições do financiamento para os exportadores", afirmou Barral.

O economista e consultor André Perfeito avaliou que as propostas do pacote têm como principal objetivo "ganhar tempo" nas negociações com os Estados Unidos. "Me parece adequado também o governo não retaliar, o que abre alguma brecha para negociação", afirmou. Perfeito, contudo, destacou que o ponto mais

problemático no anúncio é o das compras governamentais de produtos perecíveis. "Isso pode gerar queda de preço generalizada em alguns setores e criar desincentivos econômicos para os produtores que já atendiam o mercado local. Na época de Getúlio Vargas, o governo comprou café e queimou esse mesmo café para evitar queda de preço generalizada, nos ensina os livros de história", alertou.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, avaliou como positivas as medidas do pacote do governo. "Recebemos positivamente pelo fato de contemplar muitas das demandas feitas pelas indústrias, federações e associações setoriais, e também porque englobou dois conceitos básicos: continuar negociando com prioridade e, o segundo, se novas medidas forem necessárias, elas serão tomadas", disse.

### Cinco perguntas para

**Joseph Couri**, presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpi)

#### O que achou do pacote?

As medidas merecem meu aplauso, na íntegra. São muito bem-vindas e necessárias. Uma parte das empresas vai conseguir se salvar, postergar. O governo voltou os olhos para os pequenos negócios.

#### O crédito de R\$ 30 bilhões vai ajudar a totalidade dos exportadores?

Esse crédito está vinculado à manutenção no emprego — ou seja, está direcionado a todas as empresas que acreditam que vão conseguir ou retomar a exportação para os Estados Unidos, ou vão conseguir colocar esse produto em outros países. Quanto às empresas que não veem esse horizonte, aí sim teremos problemas. Na maioria dos casos, estou falando aqui dos pequenos negócios, acredito que eles vão tomar o empréstimo e vão garantir as exportações.

#### Como avalia a negociação do governo brasileiro com os EUA?

Eu não conheço ninguém mais ponderado e experiente do que o vice-presidente Geraldo Alckmin para essa negociação. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem um discurso de equilíbrio de bom senso de negociação. O Itamaraty possui profissionais altamente experientes. A própria comitiva de senadores que foi aos Estados Unidos tentar negociar, também foi importante. Toda essa movimentação só demonstra a vontade do Brasil em negociar. Consequentemente, é questão de tempo. Vamos ver o desenrolar disso, que esse cenário vai mudar.

#### Por quê?

Porque o Brasil continua disposto a negociar. Uma guerra tarifária só tem perdedor. E não vamos esquecer que, nos Estados Unidos, hoje, há um movimento muito claro das pequenas empresas pressionando o governo norte-americano. Porque elas estão sendo prejudicadas.

#### E as críticas de Tarcísio de Freitas?

Tarcísio é governador de São Paulo. Tem que ser respeitado, assim como todos os governadores. Eles precisam ser respeitados nas suas posições. Mas o que existe é uma discussão política. Não é uma discussão econômica, porque, na discussão econômica, todos os estados do Sul e do Sudeste serão os mais prejudicados com o tarifaço. (RH)